





Em caso afirmativo, especifique qual a sua situação:

<b>3.2.1- Nomeação</b>	<b>Definitiva</b>	
	<b>Transitória por tempo determinado</b>	
	<b>Transitória por tempo determinável</b>	
<b>3.2.2- Contrato</b>	<b>Tempo indeterminado</b>	
	<b>Termo Resolutivo Certo</b>	
	<b>Termo Resolutivo Incerto</b>	

<b>3.2.3- Situação atual</b>	<b>Em exercício de funções</b>	
	<b>Em licença</b>	
	<b>Requalificação</b>	
	<b>Outra</b>	

**3.2.4 Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:**

---

**3.2.5 Carreira e categoria detidas:**

---

**3.2.6 Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço:**

---

**3.2.7- Avaliação de desempenho (últimos três anos):**

<b>Ano</b>	<input type="text"/>	<b>Menção quantitativa</b>	<input type="text"/>
<b>Ano</b>	<input type="text"/>	<b>Menção quantitativa</b>	<input type="text"/>
<b>Ano</b>	<input type="text"/>	<b>Menção quantitativa</b>	<input type="text"/>

#### 4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS

**4.1 Funções exercidas, directamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:**

<b>Funções</b>	<b>Data</b>	
	<b>Início</b>	<b>Fim</b>

#### 4.2 Outras funções e atividades exercidas:

---

---

---

---

---

---

---

---

#### 5. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

5.1 No caso de a publicitação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

---

---

---

---

---

---

---

---

#### 6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELECÇÃO

Se é titular da categoria e se encontra a exercer funções idênticas às do (s) posto (s) de trabalho publicitado (s) ou, encontrando-se em requalificação, as exerceu por último e pretende usar da prerrogativa de afastamento dos métodos de selecção obrigatórios, nos termos do n.º3 do artigo 36º da LTFP, assinale a seguinte declaração:

*"Declaro que afasto os métodos de selecção obrigatórios, **Avaliação curricular e Entrevista de avaliação de competências**, e opto pelos métodos **Prova de conhecimentos e Avaliação psicológica**".*

## 7. REQUISITOS DE ADMISSÃO

**"Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 e, se for o caso, os requisitos exigidos na subalínea v) da alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019 de 30/04.**

Sim

Não

## 8. NECESSIDADES ESPECIAIS

**8.1 Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, deve ser apresentada declaração do respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, bem como dos elementos necessários a garantir que o processo de seleção do candidato com deficiência se adequa, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão, em conformidade com o previsto no artigo 19.º n.º1 da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.**

---

---

---

## 9. DECLARAÇÃO (alínea g) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04)

**"Declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas".**

## 10. INFORMAÇÃO AO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

**"Declaro que tomei conhecimento da informação constante no verso do documento relativa à Política de Proteção e Tratamento de Dados Pessoais, recolhida pelo presente formulário e no âmbito da aqui identificada candidatura".**

Localidade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura

---

Documentos que anexa à candidatura:

Currículo

Certificado de habilitações

Comprovativos de formação  
(Quantidade \_\_\_\_\_ )

Declaração a que se refere ii),  
d), nº1 Artigo 19.º da Portaria  
(\* )

  
  
  

Outros:

---

---

---

(\* ) **Identificação do vínculo de emprego público detido**, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da posição remuneratória que detém nessa data, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.

## **INFORMAÇÃO AOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS**

**Nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD), informa-se o seguinte:**

**Os dados pessoais recolhidos no âmbito do presente formulário serão tratados pelo Município de Oeiras no âmbito das suas atribuições e competências em matéria de Recursos Humanos, designadamente em Recrutamento e Seleção.**

**O fundamento jurídico para o tratamento dos dados ora recolhidos assenta no cumprimento de uma obrigação jurídica (legislação específica aplicável ao pedido formulado), resultante da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, as quais decorrem do interesse público refletido no n.º 2 do artigo 47.º da Constituição da República Portuguesa, ao determinar o concurso público como forma de ingresso na Administração Pública, e fundamenta-se, também assim, nas diligências pré-contratuais para estabelecimento do vínculo de emprego público – n.º 1, alíneas c), e) e b), do artigo 6.º do RGPD, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, e legislação nacional aplicável.**

**O Município de Oeiras é a entidade responsável pelo tratamento dos dados, não os utilizando para qualquer outra finalidade que extravase o pedido formulado e os atos inerentes ao procedimento concursal respetivo, procedendo ao seu tratamento anonimizado para fins meramente estatísticos.**

**Todos os colaboradores do Município de Oeiras estão abrangidos por uma obrigação de confidencialidade.**

**Os dados recolhidos são conservados de acordo com os prazos legalmente previstos.**

**Os direitos de acesso, retificação, oposição, limitação, apagamento e portabilidade dos dados pessoais podem ser exercidos através do endereço de email: [epd@cm-oeiras.pt](mailto:epd@cm-oeiras.pt), sem prejuízo do direito do titular apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.**

**Para informações adicionais, consulte a política de privacidade do Município de Oeiras, disponível em [http://www.cm-oeiras.pt/politica\\_privacidade](http://www.cm-oeiras.pt/politica_privacidade)**